

Políticas Públicas de Educação Profissional nos Municípios Fluminenses Produtores de Petróleo

Joseane de Souza Fernandes¹
Denise Cunha Tavares Terra²
Mauro Macedo Campos³

Resumo

No estado do Rio de Janeiro, a atividade de exploração e produção de petróleo e gás tem deixado marcas irreversíveis na paisagem econômica, social, ambiental e cultural nos municípios produtores de petróleo. Dentre as mudanças que a atividade petrolífera tem gerado, interessa-nos, particularmente, a reestruturação pela qual passa o mercado de trabalho dos municípios fluminenses produtores de petróleo, tendo em vista que respondem por mais de 80% da produção brasileira. Com as novas descobertas de petróleo na área do pré-sal, este mercado tem se tornado mais seletivo e exigido trabalhadores tecnicamente mais qualificados. Apesar da possibilidade de transferência intersetorial da mão de obra, grande parcela da nova demanda é suprida por meio de movimentos migratórios (intraestaduais, interestaduais e, inclusive, internacionais). Nesse sentido, esse artigo se propõe a dimensionar a evolução dos movimentos migratórios nestes municípios e identificar as políticas públicas de educação profissional implementadas pela esfera federal e estadual nestes municípios produtores visando uma melhor qualificação técnica da mão de obra local e migrante.

Palavras chaves:

Atividade Petrolífera; Movimentos Migratórios; Políticas Públicas; Ensino Profissionalizante; Mercado de Trabalho.

I. Introdução

O estado do Rio de Janeiro é, atualmente, constituído por 92 municípios. Dentre eles apenas cinco – Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios – não são beneficiários das rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais), por não se encaixarem em nenhum dos critérios de elegibilidade definidos na Lei nº 9.478/1997 e Decreto nº 2.705/1998.

Apesar do número relativamente alto de beneficiários, as rendas petrolíferas se concentram em apenas cinco municípios: Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra, no Norte Fluminense; Rio das Ostras e Cabo Frio, na região das Baixadas

¹ Doutora em Demografia pelo Cedeplar/UFMG. Professora Associada da UENF.

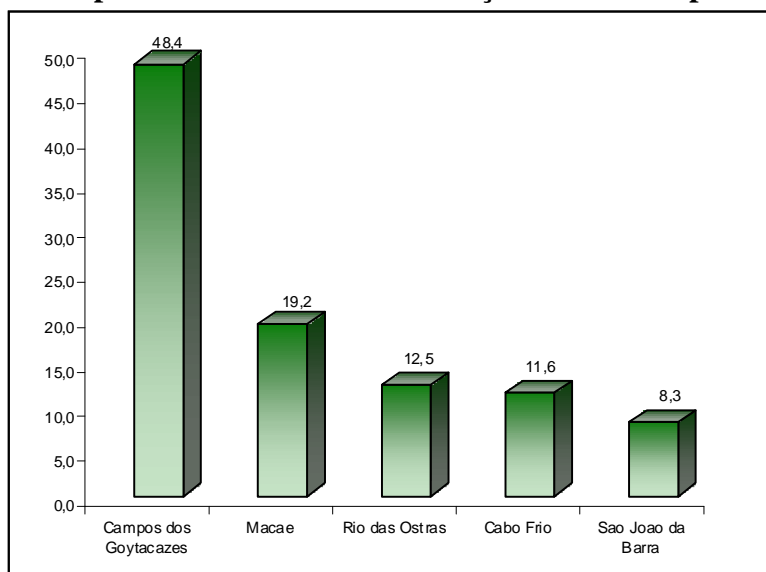
² Doutora em Geografia pela UFRJ. Professora Associada da UENF.

³ Doutor em Ciência Política pela UFMG. Professor Associado da UENF.

Litorâneas. Em 2012, esses municípios receberam conjuntamente R\$2.799.967.960,25 (61,9%) enquanto aos demais 82 municípios beneficiários couberam a quantia de R\$1.726.322.679,84 (38,1%), de um total de R\$4.526.290.640,09 de rendas petrolíferas recebidas pelo estado do Rio de Janeiro, naquele ano. Essa desigualdade na distribuição e a concentração das rendas petrolíferas justificam o recorte espacial adotado nesse estudo.

Considerando apenas os municípios selecionados, verificamos, também entre eles, uma significativa desigualdade na distribuição dos royalties e participações especiais. Campos dos Goytacazes é isoladamente o maior beneficiário, sendo detentor de 48,4% daquele total de R\$2.799.967.960,25, seguido por Macaé, também conhecido como a ‘Capital do Petróleo’, por sediar, desde 1973, a Petrobras. As rendas petrolíferas percebidas por esses dois municípios da região Norte Fluminense correspondem a 67,6% do total das rendas petrolíferas dos municípios selecionados e a 41,8% do total das rendas petrolíferas do estado do Rio de Janeiro, em 2012.

Gráfico 1: Municípios selecionados – Distribuição das rendas petrolíferas (2012)



Fonte: <http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br> (acesso: 22/07/2013)

Indubitavelmente são muitas as transformações – econômicas, sociais, ambientais e culturais – trazidas pelo desenvolvimento da atividade petrolífera, para esses municípios e respectivas regiões. Dentre elas podem-se mencionar:

- (1) Reestruturação da atividade produtiva e do mercado de trabalho;
- (2) Sofisticação e diversificação da produção, dos serviços, do comércio e do consumo;

- (3) Mudança na dinâmica demográfica, com a aceleração do ritmo de crescimento populacional, devido aos movimentos migratórios;
- (4) Recrudescimento dos movimentos pendulares entre os municípios da região;
- (5) Mudança no centro de gravidade econômica, em função do surgimento de novos espaços economicamente dinâmicos, propiciado pelo desenvolvimento da indústria extrativa mineral que atraiu, por efeito multiplicador, empresas privadas, de capital nacional e multinacionais, direta e indiretamente ligadas à indústria petrolífera. Vale ressaltar que Campos dos Goytacazes, historicamente o pólo econômico regional, permanece ocupando posição de destaque, mas perde importância relativa no âmbito regional e estadual;
- (6) Acirramento das desigualdades intraregionais⁴; e
- (7) Nova configuração espacial, com a emancipação de alguns municípios⁵.
(baseado em PIQUET, 2003; MONIÉ, 2003)

Dentre as mudanças que a atividade petrolífera tem gerado, interessa-nos, particularmente, a reestruturação pela qual vem passando o mercado de trabalho dos municípios fluminenses produtores de petróleo, tendo em vista que respondem por mais de 80% da produção brasileira.

Com as novas descobertas de petróleo na área do pré-sal, este mercado tem se tornado mais seletivo e exigido trabalhadores tecnicamente mais qualificados. Apesar da possibilidade de transferência intersetorial da mão de obra, grande parcela da nova demanda vem sendo suprida por meio de movimentos migratórios (intraestaduais, interestaduais e, inclusive, internacionais).

Este artigo se propõe a dimensionar a evolução dos movimentos migratórios e identificar as políticas públicas implementadas pela esfera federal e estadual nestes municípios produtores visando uma melhor qualificação técnica da mão de obra local e migrante.

O artigo encontra-se subdividido em mais sete seções. Na primeira são explicitados os procedimentos metodológicos para o tratamento das informações utilizadas nas seções subsequentes; na segunda, são analisadas as dinâmicas econômicas dos municípios

⁴ A primeira onda de investimentos foi realizada pela Petrobrás, entre 1970 e 1990. A segunda onda de investimentos, inicia-se em 1997, quando o fim do monopólio sobre a prospecção e extração do petróleo levou várias firmas nacionais e estrangeiras a realizarem investimentos na região.

⁵ Armação de Búzios (1995), Rio das Ostras (1992), Carapebus (1997) e São Francisco do Itabapoana (1997), antes distritos de Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Macaé e São João da Barra, respectivamente.

selecionados, seguida pela análise dos impactos dos movimentos migratórios sobre essas populações, na terceira seção, e pela análise dos indicadores socioeconômicos da População em Idade Ativa, na quarta seção. As políticas públicas – federais e estaduais – de educação, priorizando-se a educação profissionalizante, serão analisadas na quinta seção; na sexta, a guisa de considerações finais, serão apresentados os principais resultados seguido de análise crítica.

II. Materiais e Métodos

A análise da dinâmica econômica dos municípios selecionados será feita com base nas variações reais dos Produtos Internos Brutos (PIB's) – totais e setoriais - divulgados pelo IBGE, para os anos de 2000 e 2010. Como o IBGE divulgou os deflatores em números relativos, para deflacionarmos o PIB de 2010, usando 2000 como ano-base, dividimos os deflatores anuais por 100 e somamos 1, obtendo os índices deflatores que multiplicados entre si resultaram no deflator do PIB - estimado em 2,2420 - para o período 2000-2010.

Para a análise dos movimentos migratórios, a ser realizada na quarta seção, serão utilizadas as informações censitárias referentes à migração de data-fixa, que leva em conta apenas as mudanças de residência ocorridas entre duas regiões em dois momentos distintos e fixos no tempo.

Segundo Carvalho *et al* (1999, p.37), tomando como referência o Censo de 1991, "os imigrantes da região *i*, de data fixa, serão aqueles indivíduos que residiam na região *j*, em 1º/set/86, e residem na região *i*, em 1º/set/91". Generalizando, ao se trabalhar com informações de data-fixa considera-se como imigrante o indivíduo – natural ou não natural - que não residia na população estudada no início do período de referência (31º/Jul/1995 e 1º/Jul/2005, nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, respectivamente) e a declarou como residência no final do período (31/jul/2000 e 1º/jul/2010), lembrando que são identificados, em cada Censo, apenas os imigrantes sobreviventes ao duplo decremento (mortalidade e reemigração).

Mediante as estimativas do número de imigrantes (I) e emigrantes (E) inter e intra-estaduais de data-fixa serão estimados os principais indicadores – saldo migratório (SM), taxas de imigração (i), taxas de emigração (e), índice de reposição (I/E) e taxa líquida de migração (TLM) - para a análise dos impactos dos movimentos migratórios sobre as populações em estudo.

Como se pretende analisar as políticas públicas de educação, implementadas pelos setores públicos federal e estadual, visando melhor qualificar a mão de obra para o mercado de trabalho que se reestrutura na região, percebe-se antes a importância de se analisar a própria População em Idade Ativa (PIA), de forma a verificar se as políticas implementadas atendem de fato suas necessidades. Nesse aspecto serão analisadas variáveis relativas à escolaridade – alfabetização e nível de estudo - desta população.

Infelizmente os Censos Demográficos brasileiros de 2000 e 2010 não trazem exatamente a mesma informação sobre os níveis de escolaridade da população. No Censo de 2000 se informa o número de anos de estudo, calculado para a pessoa recenseada em função do último curso e série concluídos, enquanto no Censo de 2010 perguntou-se o nível de instrução dos indivíduos, categorizados em: (1) sem instrução e fundamental incompleto; (2) fundamental completo e médio incompleto; (3) médio completo e superior incompleto; (4) superior completo; e (5) não determinado. Para viabilizar as comparações, reagruparam-se as informações do número de anos de estudo, do Censo de 2000, segundo as categorias definidas no Censo de 2010.

Nesse aspecto foram considerados ‘sem instrução e com ensino fundamental incompleto’ (categoria 1) todos os indivíduos em idade ativa que declararam, no Censo de 2000, de 0 a 7 anos de estudo, uma vez que naquele período 7 anos de escolaridade corresponderia ao que atualmente corresponde ao 8º ano (antiga 7ª série). Aqueles com 8 a 10 anos de estudo compuseram a categoria 2 (fundamental completo e ensino médio incompleto) e aqueles com 11 anos ou mais de estudo, a categoria 3, aqui adaptada para ‘médio completo e superior completo’.

Esta adaptação se fez necessária uma vez que no Brasil há cursos superiores com durações distintas – cursos tecnólogos com dois anos de duração; cursos de graduação com 4 e 5 anos de duração – o que dificulta agrupar os indivíduos, segundo os anos de estudo, na categoria de curso superior incompleto. Em decorrência disso, no Censo de 2010 trabalharam-se, conjuntamente, as categorias (3) e (4), ressaltando-se que as informações relativas ao nível de instrução ‘não determinado’ foram pro-rateadas entre as várias categorias, de acordo com as distribuições relativas dos casos conhecidos.

Foi realizado um levantamento prévio dos programas vigentes de educação profissionalizante dos governos federal e estadual. Dentre os programas existentes foram selecionados apenas aqueles de maior importância:

- Esfera Federal: Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec); e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão as Universidades Federais (Reuni).
- Esfera Estadual: Rede Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec)

Em ambos os casos, preocupamo-nos em caracterizar os programas e levantar os cursos ofertados pelas respectivas instituições de ensino, em cada município, no intuito de verificar se a política educacional de ambos os níveis de governo são condizentes com a reestruturação dos mercados de trabalho desses municípios.

III. Municípios Fluminenses Receptores de Rendas Petrolíferas: uma análise da dinâmica econômica

Para os municípios selecionados, em 2010, havia um total de 995.109 habitantes (Tabela 1); sendo Campos dos Goytacazes o maior deles, com um total de 463.731 habitantes, seguido por Macaé, ambos na região Norte Fluminense. É bem verdade que este volume representa apenas uma pequena parcela – 6,22% - da população residente no estado do Rio de Janeiro, naquele ano, que era de 15.989.929 habitantes. Mas apesar disso, em decorrência da reestruturação produtiva por qual vêm passando, que tem como base a indústria extrativa mineral, a importância econômica desses municípios cresceu significativa e aceleradamente ao longo desse período.

Tabela 1: Municípios selecionados – População e taxa de crescimento médio anual (1980-2010)

Municípios selecionados	População				Taxa de crescimento		
	1980*	1991*	2000**	2010**	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Cabo Frio	49.514	76.147	126.828	186.227	3,99	5,95	3,92
Campos dos Goytacazes	320.868	376.290	407.168	463.731	1,46	0,90	1,31
Macaé	59.667	93.657	132.461	206.728	4,18	4,00	4,55
Rio das Ostras	10.101	18.195	36.419	105.676	5,50	8,17	11,24
São João da Barra	18.665	20.847	27.682	32.747	1,01	3,26	1,69
Total	458.815	585.136	730.558	995.109	2,24	2,54	3,14

Fonte: * Carvalho e Silva (2006); ** IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010

Para se ter uma idéia, em 2000, o PIB desses municípios correspondia a 7,33% do PIB estadual, tendo esse percentual aumentado para praticamente 13%, em 2010. Além disso, ressalta-se que enquanto o PIB estadual aumentou de R\$139.754.795 mil, em 2000, para R\$407.122.794 mil, em 2010, (uma variação real de 29,91%⁶) para esse

⁶ Os deflatores anuais foram obtidos no site do IBGE (séries históricas e estatísticas). Como são divulgados em números relativos, para deflacionarmos o PIB de 2010, usando 2000 como ano-base,

conjunto de municípios esta variação foi de R\$ 10.247.057 mil para R\$52.739.081 em termos absolutos e de 129,56% (Tabela 2), em termos reais relativos. Apesar de todos eles terem experimentado um crescimento econômico significativo no período, vale ressaltar que, os municípios de Campos dos Goytacazes, de Macaé e de Cabo Frio são os que apresentam uma estrutura produtiva mais diversificada (PIQUET, 2013, p.6).

Tabela 2: Municípios selecionados – PIB a preços de mercado, PIB deflacionado (ano base 2000) e Variação Real Relativa do PIB (2000-2010)

Municípios selecionados	PIB a preços de mercado		PIB 2010 Deflacionado	Variação Real
	2000	2010		
Campos dos Goytacazes	5.644.907	25.313.179	11.290.550	100,01
Macaé	1.872.298	11.267.976	5.025.905	168,44
São João da Barra	232.952	3.484.707	1.554.299	567,22
Cabo Frio	1.148.221	6.551.707	2.922.287	154,51
Rio das Ostras	1.348.680	6.121.512	2.730.405	102,45
Total	10.247.058	52.739.081	23.523.446	129,56

Fonte: IBGE - <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default.shtm>

Dentre os municípios selecionados, o de maior produção interna é Campos dos Goytacazes, graças, principalmente, à produção do seu setor secundário. Em 2000, a produção industrial correspondia a 67,12% do PIB campista, enquanto a participação relativa do setor de serviços era de 31,47%. Os três setores produtivos apresentaram variação positiva entre 2000 e 2010, mas o acelerado crescimento do setor secundário levou ao aumento de sua participação relativa para 73,84%. Isto ocorre porque o rateio da produção do petróleo segue as mesmas regras de rateio das rendas petrolíferas e, sendo Campos o maior beneficiário destas compensações financeiras, é, por consequência, neste onde são contabilizadas as maiores frações da produção petrolífera.

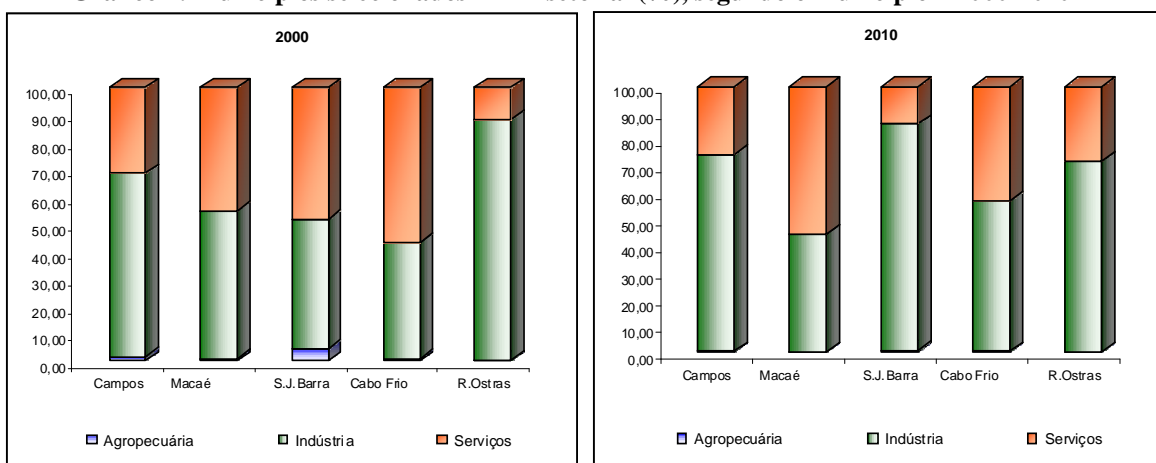
Paradoxalmente, em Campos não há um setor industrial desenvolvido – como afirma Neto *et al* (2008, p. 92), o município “não acompanhou a forte tendência de industrialização” que se verificou no interior do estado do Rio de Janeiro, a partir dos anos 90 – sendo o setor de serviços, que em 2010 correspondia a apenas 25,70% do PIB municipal, o maior responsável pela geração de empregos.

Porém, se excluirmos do PIB industrial a produção petrolífera, como fizeram os referidos autores, veremos que na realidade o setor terciário é o que mais contribui para a produção econômica campista. Ressalta-se, ainda, que no contexto regional o município se destaca por possuir um setor comercial relativamente desenvolvido e

dividimos os deflatores anuais por 100 e somamos 1, obtendo os índices que multiplicados entre si nos deram o deflator do PIB para o período 2000-2010, estimado em 2,2420.

sofisticado e pelo desenvolvimento na prestação de alguns serviços, especialmente no ensino universitário e na área da saúde (NETO e NETO, 2008, p. 42).

Gráfico 2: Municípios selecionados – PIB setorial (%), segundo o município – 2000-2010



Fonte: IBGE -

Macaé, segundo maior município, experimentou, entre 2000 e 2010, uma variação de sua produção da ordem de 168,44%. Assim como em Campos, a produção de seus três setores variou positivamente, e a produção agropecuária, que já era pouco significativa se tornou ainda menos expressiva. Em Macaé – base de operação das atividades de prospecção e produção de petróleo por parte da Petrobras, desde 1974 – o setor de serviços cresceu mais aceleradamente, implicando na inversão da importância relativa entre os setores industrial e de serviços, na composição do PIB municipal, com certeza refletindo, por efeito multiplicador, o crescimento da cadeia produtiva do petróleo.

Em São João da Barra a variação relativa do PIB foi a mais notável (567,22%), muito embora sua importância econômica permaneça parca, considerando-se os municípios selecionados. Além das atividades de extração, a dinamização desta economia, neste período, se relaciona, também, ao complexo industrial e portuário do Açú, cujas obras se iniciaram em 2007.

Cabo Frio e Rio das Ostras, na região das Baixadas Litorâneas, também experimentaram expressivas oscilações em seus PIBs, entre 2000 e 2010, comportamento este que, segundo Neto e Neto (2008, p. 44), “destoa dos demais municípios de seu contorno imediato, e os leva a exercer uma centralidade regional”.

Cabo Frio, que até o final dos anos 1960 teve na indústria salinera sua principal atividade econômica experimentou, nos anos 1970, uma reestruturação econômica, baseada na indústria do turismo e, portanto, no desenvolvimento do setor de serviços;

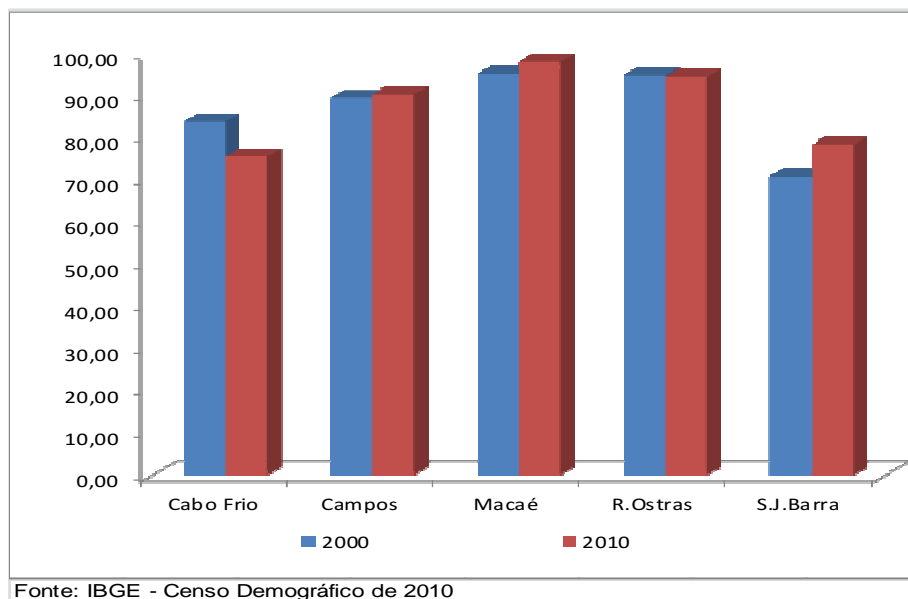
atualmente é um dos mais importantes pólos turísticos da região dos Lagos. Em 2000, sua produção terciária era a de maior participação na composição do PIB municipal, mas em 2010 o destaque foi a produção secundária, muito embora a produção de ambos os setores tenham experimentado variações expressivas, na última década.

No caso de Rio das Ostras, a variação do PIB e o crescimento mais acelerado do setor de serviços, que implicou no aumento da participação relativa desta produção na composição do PIB municipal, refletem, na realidade, o dinamismo econômico de Macaé, município do qual se emancipou em 1992. A proximidade espacial aliada à criação, por parte do poder público municipal, de uma Zona Especial de Negócios (ZEN), uma área com infraestrutura apropriada para o setor industrial; a incentivos fiscais; e à concessão de terrenos para o estabelecimento de empresas, tem favorecido o crescimento econômico, principalmente do setor terciário, com a instalação de empresas prestadoras de serviços para o segmento *offshore*. Atualmente a ZEN conta com 297 empresas instaladas.

Apesar de serem municípios do interior, em todos eles a proporção da população residente em áreas urbanas é maior do que a residente em áreas rurais e, com exceção de Cabo Frio, o grau de urbanização aumentou de 2000 para 2010. Para Singer (1980) essa variação reflete um processo de desenvolvimento regional, na medida em que se admite que há transferência da mão de obra das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, sempre que há reestruturação econômica com a concentração das atividades produtivas – setores secundário e terciário – nas áreas urbanas.

⁷ <http://www.riodasostras.rj.gov.br/zona-especial-de-negocios.html>; acesso em 03-08-2013.

Gráfico 3: Municípios Seleccionados – Grau de urbanização (2000-2010)



Em Cabo Frio, apesar do expressivo crescimento populacional absoluto verificado nas áreas urbanas, o grau de urbanização diminuiu, muito provavelmente em função da expansão horizontal do município para além das áreas urbanas. É possível, inclusive, que muitas dessas áreas mais recentemente ocupadas já disponham de infraestrutura urbana, e ainda permaneçam como área rural, dentro das classificações do IBGE.

IV. Municípios seleccionados: Análise dos Movimentos Migratórios

Os desempenhos econômicos acima da média estadual, exibido por esses municípios, nas últimas décadas têm funcionado como importantes fatores de atração e retenção populacional para os mesmos. As informações referentes às migrações inter e intraestaduais, nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, constantes da Tabela 3 comprovam essa afirmativa. Ressalta-se que nessas estimativas foram incluídas as trocas populacionais ocorridas entre os municípios estudados, uma vez que esses movimentos são significativos, crescentes e alteram as características demográficas das populações de origem e destino.

Tabela 3: Municípios selecionados – Indicadores dos movimentos migratórios inter e intraestaduais (1995-2000; 2005-2010)

Municípios selecionados	1995-2000							2005-2010						
	I	E	SM	I/E	i	e	TLM	I	E	SM	I/E	i	e	TLM
Cabo Frio	20.593	8.859	11.734	2,32	16,24	6,99	9,25	33.869	19.419	14.450	1,74	18,19	10,43	7,76
Campos	11.983	21.333	-9.350	0,56	2,94	5,24	-2,30	16.945	23.247	-6.302	0,73	3,65	5,01	-1,36
Macaé	18.049	7.196	10.853	2,51	13,63	5,43	8,19	35.149	21.194	13.955	1,66	17,00	10,25	6,75
R.Ostras	9.472	1.936	7.536	4,89	26,01	5,32	20,69	39.235	10.057	29.178	3,90	37,13	9,52	27,61
S.J.Barra	2.166	1.830	336	1,18	7,82	6,61	1,21	3.512	1.458	2.054	2,41	10,72	4,45	6,27
Total	62.263	41.154	21.109	1,51	8,52	5,63	2,89	128.710	75.375	53.335	1,71	12,93	7,57	5,36

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010

No quinquênio 1995-2000 os municípios selecionados receberam 62.263 imigrantes, destacando-se Cabo Frio e Macaé como os principais receptores. O aumento do poder de atração populacional exercido por esses municípios se torna perceptível pelo incremento significativo do número absoluto de imigrantes do primeiro para o segundo quinquênios considerados e, principalmente, pelo aumento da participação relativa – de 8,52% para 12,93% - dos mesmos na composição da população. No quinquênio 2005-2010 apenas Rio das Ostras recebeu mais de 30% dos imigrantes, apesar de Cabo Frio e Macaé permanecerem como importantes áreas de atração populacional.

Como se sabe os movimentos migratórios envolvem tanto entradas quanto saídas de população em determinada região, no contexto da migração entre duas datas fixas, são considerados Emigrantes todos os indivíduos – naturais ou não naturais – que residiam nos municípios selecionados, no início do período de referência, mas que lá não residiam ao final do mesmo.

Se por um lado esses municípios recebem muitos imigrantes são também significativas as emigrações a partir deles, muito embora o único município a apresentar, nos dois quinquênios, saldo migratório – dado pela diferença entre imigrantes e emigrantes entre duas datas fixas – negativo tenha sido Campos dos Goytacazes. Em outras palavras, significa dizer que, dentre estes municípios, em termos líquidos, apenas Campos perdeu mais população para outros municípios fluminenses e também para outros municípios brasileiros do que deles recebeu; em todos os outros, inclusive em São João da Barra, as entradas superaram as saídas resultando em ganhos populacionais líquidos.

Observe, ainda, que se em número absoluto a emigração a partir de Campos aumentou, esse município experimentou um incremento dos seus poderes de atração e retenção

populacional, dadas as variações das taxas de imigração (i)⁸ e emigração (e)⁹, respectivamente. Em decorrência, o saldo migratório (SM) do segundo quinquênio, apesar de se manter negativo, sofreu uma redução comparativamente àquele observado para o primeiro quinquênio.

Além de permitirem a avaliação das variações dos poderes de atração, retenção e expulsão populacional, as taxas de imigração e emigração nos mostram a composição da população, segundo a situação migratória (ONU, 1972). Note que 26,01% da população de Rio das Ostras, em 2000, eram imigrantes recentes – indivíduos que para lá se mudaram no quinquênio 1995-2000 – tendo esse percentual aumentado para 37,13% no quinquênio 2005-2010.

Como se trata de municípios com volumes populacionais bastante diferenciados, os impactos dos movimentos migratórios são mais bem analisados através das taxas líquidas de migração (TLM)¹⁰ e dos índices de reposição (I/E)¹¹. Se por um lado, no quinquênio 1995-2000, os maiores ganhos populacionais líquidos tenham sido observados em Cabo Frio e Macaé, respectivamente, por outro lado os maiores impactos dos movimentos migratórios se deram em Rio das Ostras.

Em 2000, 20,69% da população de Rio das Ostras era resultante do processo migratório sendo que, no quinquênio 1995-2000, para cada indivíduo que de lá emigrou entraram 4,89 imigrantes. No quinquênio 2005-2010, aquele município exibiu o maior saldo migratório e permaneceu como o de maior impacto das migrações, com uma TLM de 27,61% e um índice de reposição de 3,89. Ressalta-se, entretanto, que se por um lado os índices de reposição exibidos por Rio das Ostras, nos dois quinquênios, reforçam a imigração como importante fonte de entrada de população, por outro, sua variação ao longo do período fortalece a percepção de perda de poder de retenção populacional por parte daquele município, observação esta que se aplica também a Cabo Frio e Macaé.

⁸ Taxa de Imigração: $i = \left(\frac{I}{P}\right) \times 100$; onde I = total de imigrantes entre as duas datas fixas (1995-2000 e 2005-2010) e P = População estudada ao final do período (31/Julho/2000 e 31/Julho/2010).

⁹ Taxa de Emigração: $e = \left(\frac{E}{P}\right) \times 100$; onde E = total de emigrantes entre as duas datas fixas (1995-2000 e 2005-2010) e P = População estudada ao final do período (31/Julho/2000 e 31/Julho/2010).

¹⁰ $TLM = \frac{SM}{Pf} \times 100$

¹¹ Índice de Reposição = $\frac{I}{E}$

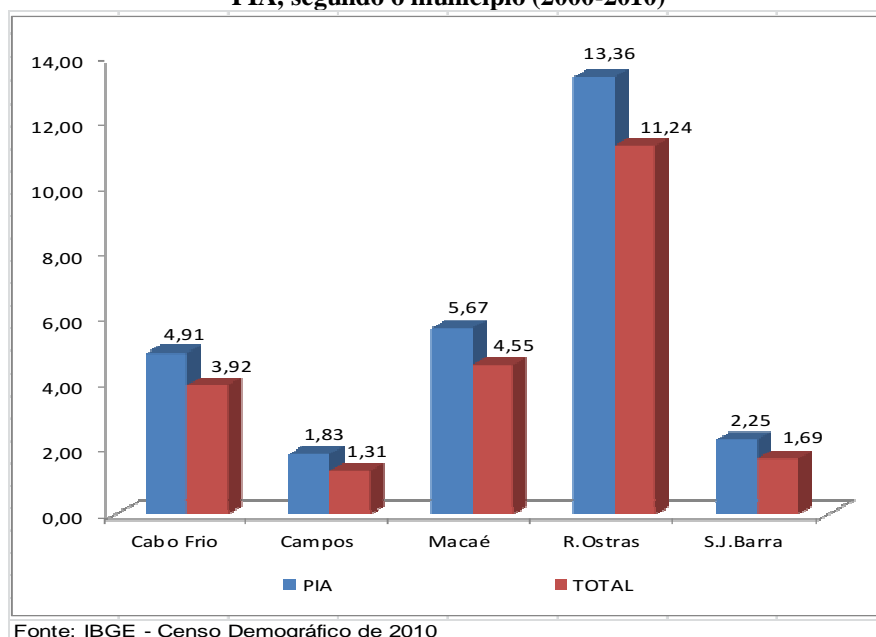
Em Campos dos Goytacazes, os movimentos migratórios contribuem para reduzir o ritmo de crescimento populacional e a TLM, também negativa, indica a fração – 2,30%, em 2000; e 1,36%, em 2010 – em que a população seria acrescida na ausência dos movimentos migratórios.

As taxas de crescimento exibidas por esses municípios, nos períodos 1980-1991, 1991-2000 e 2000-2010, superiores ao crescimento médio estadual, devem ser analisadas à luz desta dinâmica migratória, uma vez que no contexto de redução dos níveis de fecundidade, o crescimento populacional é cada vez mais determinado pelos movimentos migratórios.

Como se mencionou, o maior impacto das migrações é observado em Rio das Ostras, município que apresentou, ao longo de todo o período analisado, as maiores taxas de crescimento populacional, tendo exibido, na última década um forte ritmo de crescimento médio de 11,24% ao ano (Tabela 1 e Gráfico 4). Por outro lado, Campos dos Goytacazes – que apesar de ser o maior município, foi também o que exibiu as menores taxas de crescimento populacional ao longo do período considerado – experimentou um recrudescimento do seu ritmo de crescimento populacional médio anual, na última década.

Segundo a teoria sobre os movimentos migratórios, seu principal determinante é o fator econômico, ou seja, as oportunidades no mercado de trabalho. Analisando os resultados para as duas últimas décadas, percebe-se que, de fato, a População em Idade Ativa (PIA), ou seja, a população com idade compreendida entre 10 e 64 anos, cresceu mais aceleradamente, comparativamente às respectivas populações totais, como se pode observar no Gráfico 4.

Gráfico 4: Municípios selecionados – Ritmo de Crescimento Médio anual da população total e da PIA, segundo o município (2000-2010)



Em 2000, 33,7% da PIA dos municípios selecionados eram imigrantes, dentre os quais 3,06% eram migrantes de retorno, ou seja, naturais dos respectivos municípios em que foram recenseados, mas que declararam já ter residido em outro município brasileiro. Além disso, os dados mostram que 50% dos indivíduos eram migrantes recentes (com menos de 10 anos de residência) e que, dentre estes, praticamente 73% tinham, no máximo 5 anos de residência. Em 2010 a participação relativa dos imigrantes na PIA dos municípios selecionados aumentou para 41,9%, ressaltando-se que, como na década anterior, a maioria – 52,5% - tinham menos de 10 anos de residência.

É interessante observar que, a reestruturação produtiva por que vem passando, já há algumas décadas, os municípios selecionados, tem sido caracterizada pela paulatina substituição das atividades intensivas em mão de obra por aquelas intensivas em capital. Apesar dessa nova demanda poder ser suprida através da transferência intersetorial da mão de obra dos setores estagnados para os mais dinâmicos não restam dúvidas, pelos dados apresentados, que os movimentos migratórios estão funcionando como importantes mecanismos para suprir a escassez relativa de mão de obra qualificada, nesses mercados de trabalho.

De fato, Fernandes, Terra e Campos (2012) constataram haver diferenças entre os níveis de escolaridade dos migrantes – naturais ou não naturais – e dos não migrantes – aqueles que nasceram nos municípios em que foram recenseados e que de lá nunca

emigraram – nos municípios da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro), da qual fazem parte todos os municípios selecionados para este estudo. Segundo as estimativas realizadas pelos referidos autores, com o Censo de 2010, 5,68% dos naturais, com 20 anos ou mais de idade, eram analfabetos, enquanto o grau de analfabetismo era de 2,24% entre os imigrantes de data fixa intraestaduais e de 3,58% entre os imigrantes interestaduais do período 2005-2010.

Além disso, apesar da impossibilidade de se estimar, através da informação censitária, a escolaridade média das populações, em 2010, os autores inferiram – através das escolaridades médias dos naturais e dos imigrantes da Ompetro, nos quinquênios 1986-1991 e 1995-2000, associadas às informações dos níveis de escolaridade dos indivíduos, segundo o status migratório, no Censo de 2010 – o aumento das escolaridades médias de todos os estratos populacionais e a persistência das diferenças entre as escolaridades médias dos imigrantes e dos naturais, permanecendo, estes últimos, com níveis de escolaridade mais baixos.

No entanto, como ressalta Singer (1980), entre o migrante e a oportunidade econômica há uma série de obstáculos intervenientes, dentre os quais se destacam os diferenciais entre a qualificação exigida pelo mercado de trabalho e a real qualificação do migrante. Significa dizer que, apesar dos diferenciais de níveis de escolaridade entre migrantes e não-migrantes, não significa, necessariamente, que esta mão de obra esteja perfeitamente adequada para o mercado de trabalho, dos municípios selecionados.

Nesse sentido, como se objetiva identificar as políticas públicas de educação profissional implementadas pela esfera federal e estadual, visando uma melhor qualificação técnica da mão de obra, consideraremos, doravante, a PIA em sua totalidade, mesmo porque a população alvo das políticas públicas independe de seu status migratório.

V. População em Idade Ativa (PIA) dos Municípios Selecionados e as Políticas de Qualificação Profissional

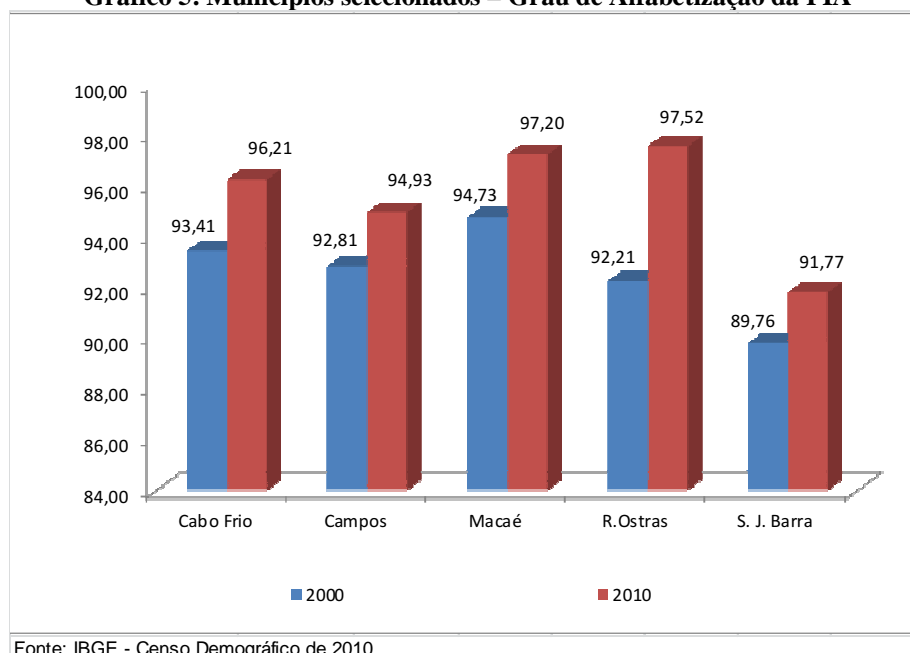
Antes de identificarmos as políticas públicas na área da educação, voltadas especificamente para a qualificação técnica da mão de obra, nos deteremos na análise de alguns indicadores socioeconômicos da PIA, considerando os Censos demográficos de 2000 e 2010.

Pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no Brasil as crianças devem ser alfabetizadas no primeiro ano do ensino fundamental I, ou seja, aos 6 anos de idade. Segundo o IBGE (2000 e 2010), é considerado alfabetizado o indivíduo que consegue ler e escrever um bilhete simples em português, idioma oficial brasileiro. Por conseguinte, é analfabeto o indivíduo que apenas assina o próprio nome e também aquele que apesar de ter aprendido a ler e escrever se declarou incapaz de fazê-lo.

Pela LDB, se estamos considerando apenas a PIA, teoricamente todos os indivíduos deveriam ser alfabetizados. Na realidade isso não ocorre, como se pode observar no

Gráfico 5, muito embora os graus de alfabetização sejam bastante elevados e crescentes, entre 2000 e 2010. Nos dois períodos, os maiores graus de analfabetismo foram verificados em São João da Barra e em Campos dos Goytacazes. Paradoxalmente, este último considerado como um município que se destaca como importante prestador de serviços na área da educação.

Gráfico 5: Municípios selecionados – Grau de Alfabetização da PIA



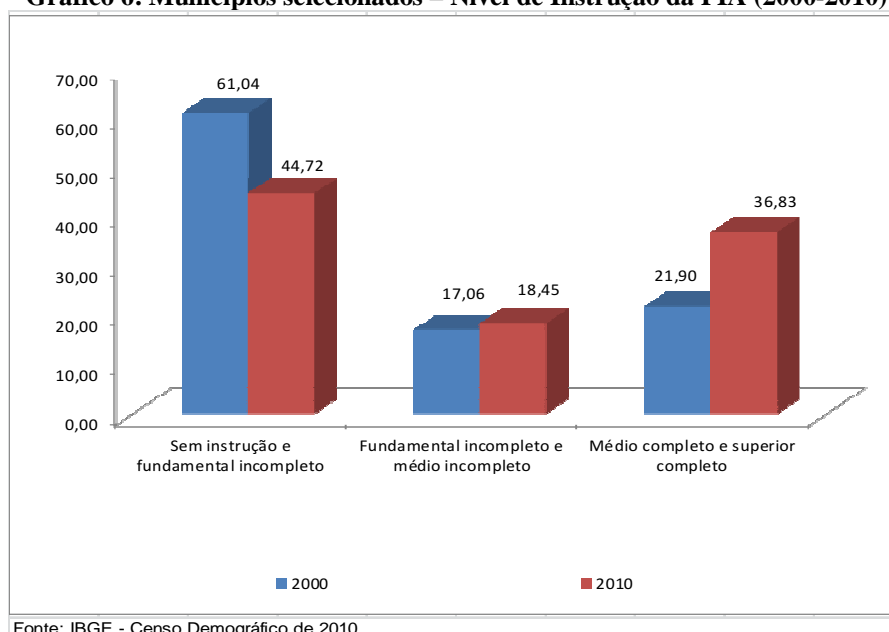
Como se pode notar no Gráfico 6, em 2000 a PIA dos municípios selecionados era composta principalmente por indivíduos ‘sem instrução e fundamental incompleto’ (Gráfico 6). Sob a ótica do mercado de trabalho esses indivíduos são considerados analfabetos funcionais, principalmente no contexto do mercado de trabalho dos municípios selecionados, cuja base industrial têm um setor produtivo tecnologicamente desenvolvido, que dentre outras atividades, atua na exploração e produção de petróleo

em mar profundo. Em outras palavras, a maior parcela da mão de obra disponível, naquele momento, era inapropriada para o mercado de trabalho que vinha se desenvolvendo na região.

Não restam dúvidas quanto à melhoria dos níveis de instrução da mão de obra disponível nos municípios selecionados. A redução do índice de analfabetismo funcional – de 61,04% para 44,72% - foi compensada principalmente pelo aumento da participação relativa de indivíduos com nível médio completo e superior completo de 21,9% para 36,83% da PIA.

Analisando as categorias de instrução do Censo de 2010, percebe-se que dentre os indivíduos reagrupados na categoria 3 adaptada para este estudo, 76,12% declararam nível médio completo e nível superior incompleto. Como se mencionou anteriormente, não há como estimar a escolaridade média e, portanto, os ganhos médios de escolaridade, entre os dois anos censitários.

Gráfico 6: Municípios selecionados – Nível de Instrução da PIA (2000-2010)



É interessante observar que o aumento dos graus de alfabetização, assim como as melhorias dos níveis de instrução verificadas na PIA dos municípios selecionados não necessariamente refletem melhorias em seus sistemas de ensino.

Já é bastante discutida a relação entre os níveis de escolaridade e as condições socioeconômicas das populações e a relação entre essas e os níveis de mortalidade. Tendo em mente tais considerações há a possibilidade de que estes resultados estejam refletindo, em certa medida, a seletividade da mortalidade e também a seletividade

migratória, determinada pelo próprio mercado de trabalho. Por exemplo, o extraordinário ganho relativo verificado em Rio das Ostras – onde o grau de alfabetização aumentou de 92,21%, em 2000, para 97,52%, em 2010 e o analfabetismo funcional se reduziu de 64,66%, em 2000, para 39,13% da PIA, em 2010 – pode estar refletindo a seletividade da mortalidade e, mais intensamente, a seletividade migratória do que o impacto das políticas públicas de educação, naquele município.

Saliente-se que, ainda que seja impossível negar a importância e o papel das políticas públicas de educação para a qualificação da mão de obra – migrante e não migrante – para o novo mercado de trabalho que se configura na região, nem todos os ganhos de escolaridade podem ser atribuídos às mesmas. Infelizmente não há, nesse momento, possibilidade de medirmos os impactos destas políticas, o que requer um trabalho de pesquisa mais aprofundado.

VI. Políticas Públicas de Educação Profissionalizante nos Municípios Fluminenses Produtores de Petróleo

Segundo a LDB, no Brasil a educação é um direito do cidadão e seu provimento, nos diversos níveis, é de competência dos Estados e dos Municípios, em regime de colaboração e com a assistência da União à qual cabe “a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais”.

De acordo com a legislação educacional, o ensino fundamental (I – 1º ao 5º ano – e II – 6º ao 9º ano) é considerado obrigatório e deve ser ofertado gratuitamente, mesmo para os indivíduos mais velhos que por algum motivo não tiveram acesso quando jovens. Esse, e também a educação infantil em creches e pré-escolas, é de responsabilidade dos Municípios, cabendo aos Estados oferecer, com prioridade, o ensino Médio.

É importante observar que os entes federados podem atuar nos diversos níveis do ensino, desde que tenham atendido plenamente as necessidades de sua área de competência; e mesmo não tendo a União a obrigatoriedade de oferecer, ela mesma, educação básica/fundamental e o ensino médio, ficando sua atuação prioritariamente na esfera superior, é notória sua atuação nesses níveis do ensino, principalmente no ensino médio e profissionalizante. Em função das competências definidas pela legislação, nesse artigo serão analisadas apenas as políticas públicas federais e estaduais.

A educação técnica e profissionalizante vem fazendo parte, mais incisivamente, da agenda federal de políticas públicas a partir de 2003. Entre 2003 e 2010, o número de estabelecimentos federais de ensino aumentou de 140 para 354 unidades, sendo ofertadas mais de 400 mil vagas, em diversos cursos técnicos e profissionalizantes, em todo o país. Segundo o MEC (2013), até 2014 esses números devem aumentar para 562 estabelecimentos, totalizando 600 mil vagas.

Paralelamente à ampliação, em 2008, o governo iniciou um processo de reordenamento da rede federal, que passou a ser constituída por: Institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ e CEFET-MG); e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

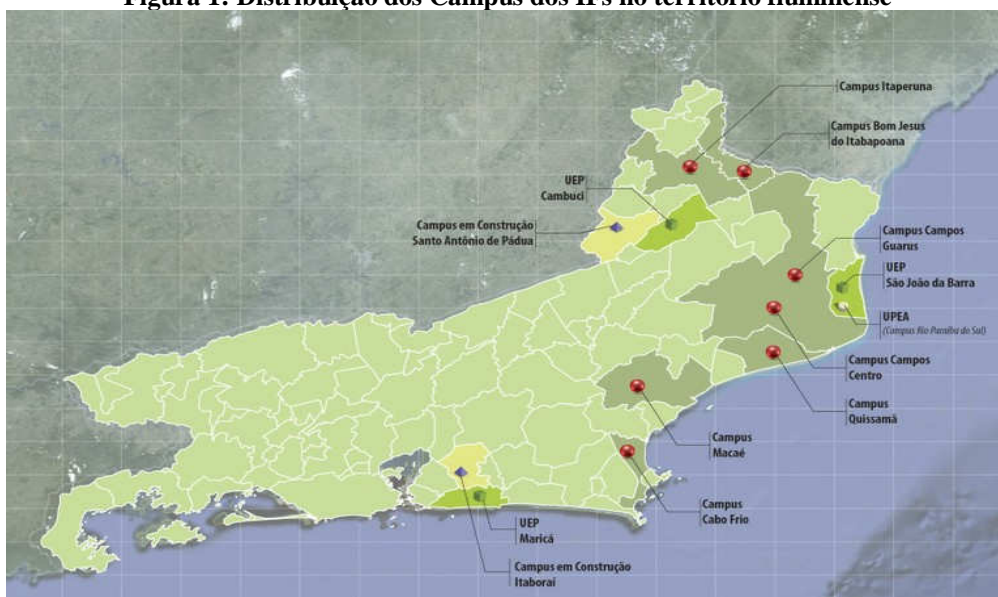
Segundo a Lei 11.892/2008, cabem aos IF's:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Como se pode notar, há, com a criação dos IF's, uma clara e notória preocupação, por parte do governo federal em adequar a oferta/perfil dos cursos profissionalizantes às realidades locais, de forma a promover o desenvolvimento local, regional e nacional, respectivamente.

O estado do Rio de Janeiro conta, atualmente, com 14 IF's, 7 CEFET's, e o Colégio Técnico da UFRJ, totalizando 22 estabelecimentos federais de ensino técnico e profissionalizante. Dentre os municípios selecionados há dois campi em Campos dos Goytacazes (Centro e Guarus), um campus em Macaé e outro em Cabo Frio (Figura 1); em São João da Barra, há um Núcleo Avançado do IFF, com oferta de cursos técnicos no município e, dentre os municípios selecionados, apenas Rio das Ostras não foi diretamente compensado pela expansão/reordenamento da rede federal de ensino.

Figura 1: Distribuição dos Camps dos IFs no território fluminense



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php>

Os cursos ofertados pelos IF's, nos municípios selecionados, encontram-se sintetizados no

Quadro 1. O campus Central de Campos dos Goytacazes – originário da Escola de Aprendizizes e Artífices, inaugurado em 1942 – é o maior e mais consolidado dentre os municípios selecionados, tendo em vista a oferta bastante diversificada de cursos para formação inicial e continuada dos trabalhadores, em todas as modalidades de ensino, incluindo cursos de pós-graduação *lato senso* e *stricto senso*. As demais unidades, apesar de terem sido recentemente implantadas (Macaé, em 1993; Núcleo São João da

Barra, em 2002; Guarus, em 2006; e Cabo Frio, em 2009) já contam com uma estrutura relativamente diversificada, principalmente de cursos técnicos.

Quadro 1: Municípios selecionados – Cursos ofertados pelos IFF's, segundo a modalidade de ensino (2013)

Município Selecionado	Técnicos	Educação à distância	Cursos de Graduação			Pós Graduação	
			Tecnológica	Licenciatura	Bacharelado	<i>Latu Sensu</i>	<i>Stricto Sensu</i>
Campos dos Goytacazes - Campus Centro	Edificações Estradas Eletrotécnica Eletrônica Automação Ind. Mecânica Química Informática Telecomunicações Segurança do Trabalho Manutenção Ind.	Técnico em Eventos	Análise e Desenvolvimento de Sistemas Design Gráfico Manutenção Ind. Sistemas Elétricos Sistemas de Telecom.	Ciências da Natureza (habilitação: Física, Química ou Biologia) Geografia Matemática	Arquitetura e Urbanismo Controle e Automação Sistemas de Informação	Educação Ambiental Análise/Gestão de Sistemas de Informação Literatura, Memória Cultural e Sociedade Gestão, Design e Marketing Docência no Século XXI Educação do Campo	Mestrado profissional em Engenharia Ambiental
Campos dos Goytacazes - Campus Guarus	Eletrônica Meio Ambiente Farmácia Enfermagem	Técnico em Segurança do Trabalho (Polo São João da Barra e Polo Barra do Açu)				Educação Profissional Integrada a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos	
Cabo Frio	Hospedagem Guia de Turismo Petróleo e Gás Eletromecânica	Técnico em Segurança do Trabalho Técnico em Guia de Turismo Técnico em Eventos		Ciências da Natureza com habilitação em Física ou Química		Ensino de Ciências da Natureza Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos	
Macaé	Eletrônica Eletromecânica Automação Ind. Segurança do Trabalho Informática Eletrotécnica	Técnico em Segurança do Trabalho (Polo Casimiro de Abreu)			Eng. Controle de Automação Industrial		Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental (Sistêmico)
São João da Barra (Núcleo Avançado)	Metalurgia Eletromecânica Construção Naval						

Fonte: <http://portal.iff.edu.br/cursos>

Como se pode notar no

Quadro 1, os cursos ofertados em cada Campus levam em consideração as vocações econômicas locais: em Campos, Macaé e São João da Barra são prioritariamente ofertados cursos técnicos para a qualificação da mão de obra para o setor industrial; em Cabo Frio, além de dois cursos que visam à formação técnica para aquele setor, há também cursos que qualificam a mão de obra para o setor de turismo, extremamente forte naquele município. Além disso, é interessante observar que:

Vinte por cento das vagas são destinadas à formação de professores de química, física, biologia e matemática, já que a intenção é diminuir o déficit nacional de professores nas áreas. Além disso, metade das vagas é reservada para cursos de ensino médio integrado à educação profissional. Os 30% restantes vão para cursos de nível superior nas áreas de tecnologia. (IF Fluminense, acesso 14-08-2013, s/p).

Além do programa de ampliação/reordenamento da rede federal de ensino, o governo conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), específico para a expansão do ensino superior, que tem como metas principais: ampliar o número de vagas ofertadas assim como o número de cursos, principalmente noturnos; reduzir o índice de evasão; ocupar vagas ociosas; aumentar o número de alunos por professor; reduzir o custo por aluno; e flexibilizar currículos. O Reuni possibilitou, a partir de 2003, a expansão e interiorização das Universidades Federais; em 2010 já havia 274 campi em 230 municípios brasileiros, ressaltando-se que o governo espera atingir, em 2014, a meta de 321 Campi em 275 municípios, em todo o país.

Dentre os municípios selecionados, há campus da Universidade Federal Fluminense em Macaé, onde são ofertados os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito; Campos dos Goytacazes, com os cursos de Serviço Social, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, História, Geografia e Psicologia; e em Rio das Ostras, com os cursos de Ciência da Computação, Enfermagem, Engenharia de Produção, Produção Cultural, Psicologia e Serviço Social. É perceptível o aumento do número e da maior variabilidade dos cursos ofertados pela UFF, nesses municípios, em áreas do conhecimento não atendidas pelos cursos de graduação e pós-graduação dos IF's.

Além desses o governo federal conta, em seu portfólio, com outros programas de políticas públicas voltados para o estímulo e melhoria dos cursos profissionalizantes ofertados pelos Estados, cabendo mencionar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), que tem como principais objetivos:

Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; e melhorar a qualidade do ensino médio. (MEC, acesso em 14-08-2013).

No âmbito estadual, a implementação de políticas para a educação profissional é de responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), criada pela Lei 2.735/97. A Faetec é formada por Unidades que atuam nos diversos níveis de ensino:

- ✓ Infantil;
- ✓ Fundamental;
- ✓ Médio/técnico;
- ✓ Profissionalizante (nesse caso há dois tipos de unidades: os Centros de Educação Tecnológica e profissionalizante (Ceteps), unidades que objetivam uma qualificação mais rápida e ampla, e os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), responsáveis pela oferta de qualificação mais específica atendendo às demandas das populações e dos setores produtivos onde estão instalados);
- ✓ Superior (cursos de graduação e pós graduação lato e stricto senso); e
- ✓ À distância.

Dentre os municípios estudados há instituições da Faetec em Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra, e os cursos ofertados encontram-se sumarizados no Quadro 2.

Quadro 2: Municípios selecionados – Cursos ofertados pela Rede Faetec, segundo a modalidade de Ensino (2013)

Município selecionado	Cetep	CVT	Curso superior	ETE
Cabo Frio	-	-	-	-
Campos dos Goytacazes	Auto CAD 2D Espanhol Informática Inglês IT Essentials Cisco Lógica de programação e banco de dados Operador de editoração eletrônica Programador de sistemas Access e Visual Basic Programador de sistema Java Programador de sistema PHP Programador de WEB	Assistente de administração Assistente de operação logística portuária Auto CAD 2D Auto CAD 3D Auxiliar de recursos humanos Cerâmica Logística Mecânica de máquinas industriais NR 10 normas reguladoras Caldeireiro nível I Caldeireiro nível II Instalador de tubulações industriais Operador de solda por arco submerso Soldador no processo arame tubular em aço Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga Soldador no processo MIG MAG Soldador no processo TIG em aço Soldador oxiacetilênico	Licenciatura em educação no campo	Agropecuária Florestas Administração Análises clínicas Eletromecânica Enfermagem
Macaé	-	Aplicador de revestimento cerâmico Auxiliar em administração de redes Carpinteiro de obras Eletricista instalador predial de baixa tensão Encanador instalador predial Espanhol Informática Inglês Montador e reparador de computadores Operador de editoração eletrônica Pedreiro de alvenaria Pintor de móveis	-	-
Rio das Ostras	-	-	-	-
São João da Barra	Almoxarife Análise de dados com excell Assistente de administração Espanhol Espanhol aplicado a serviços turísticos Informática Inglês Inglês aplicado a serviços turísticos Recepcionista Vendedor	-	-	-

Fonte: <http://www.faetec.rj.gov.br>.

Como se pode notar mais uma vez o município de Campos dos Goytacazes é privilegiado pelas políticas públicas de educação, não apenas por contar com um número maior de unidades de ensino – 1 Cetep, 2 CVTs, 1 Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) e 2 Escolas Técnicas Estaduais – mas também pela maior variabilidade de cursos ofertados. Além dessas instituições, em Campos o Colégio Estadual Nilo Peçanha, não ligado à Faetec, oferta vagas nos cursos técnicos de Contabilidade e Prótese Dentária.

Em Macaé e São João da Barra, a oferta de cursos profissionalizantes por parte do governo estadual, só ocorre no âmbito de atuação da Faetec. Por outro lado, em Cabo Frio, nenhuma de suas 11 instituições estaduais de ensino pertence à Faetec, mas, o Colégio Estadual Professor Renato Azevedo oferece o curso técnico em informática. Dentre os municípios selecionados, Rio das Ostras, que possui 6 instituições estaduais de ensino, não é contemplado com políticas públicas estaduais de educação profissionalizante.

Entretanto, além dos claros problemas de cobertura – número reduzido de instituições de ensino e número relativamente baixo de vagas no ensino profissionalizante – nos chama a atenção o descompasso entre a nova demanda de mão de obra por parte das empresas, decorrente do processo de reestruturação/modernização econômica da região em função das atividades de exploração petrolífera, e o perfil de cursos profissionalizantes ofertados pela rede estadual de ensino.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou analisar os impactos da abundância de recursos, decorrente das compensações financeiras da atividade petrolífera, para os municípios fluminenses produtores de petróleo, no que se refere a efetividade das políticas públicas de formação profissional. Portanto, parte-se da compreensão de que estes municípios, por conta do expressivo desempenho econômico apresentado nos últimos anos, bem acima dos demais do estado, tivesse uma capacidade de atração e retenção populacional, pois a Bacia de Campos responde por mais de 80% de toda a produção brasileira. Adicionalmente, tem-se um recrudescimento dos movimentos migratórios, como efeito do fator econômico e das oportunidades de trabalho. As informações coletadas para este artigo, referentes às migrações correspondem aos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, sendo que os estudos tiveram como base a análise da PIA.

Contudo, tais evidências não se perceberam. Uma parcela da mão de obra é suprida por meio de movimentos migratórios. Porém, apesar dessa nova demanda poder ser suprida através da transferência intersetorial da mão de obra dos setores estagnados para os mais dinâmicos, tem-se que os movimentos migratórios estão funcionando como importantes mecanismos para suprir a escassez relativa de mão de obra qualificada.

Assim, tais localidades se veriam compelidas a tornarem-se polos de ensino profissionalizante, dada pela reestruturação produtiva dos municípios, tendo em vista um mercado de trabalho aquecido e demandante de mão de obra qualificada, sobretudo, ao se dividir por esfera de governo: o ensino técnico federal e estadual. Não restam dúvidas quanto à melhoria dos níveis de instrução da mão de obra. Os dados evidenciam uma redução do analfabetismo funcional, em contrapartida com um aumento da participação relativa de indivíduos com nível médio completo e superior completo.

Contudo, como se pode perceber pelos dados apresentados, há um descompasso entre as políticas públicas de ensino profissionalizante proposta pelo governo do estado e pelo governo federal. O primeiro, ao que se percebe não acompanhou, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, a urgência da região. Mais ainda, se se considera a centralidade dos investimentos: boa parte concentra-se em Campos e em Macaé.

VIII. REFERÊNCIAS:

CARVALHO, J.A.M, et al. Tipologia dos Imigrantes e Emigrantes Interestaduais segundo o Censo Demográfico de 1991 tomando-se como referência o estado de Minas Gerais. In: II Encontro Nacional de Migrações, Ouro Preto, 1999. p.35-57.

CHRISTOVÃO, João Henrique de Oliveira. Cabo Frio: transformações urbanas e construção de identidades na virada da 1ª para a 2ª metade do século XX.

FERNANDES, Joseane de Souza; TERRA, Denise Cunha Tavares; CAMPOS, Mauro Macedo. O migrante na reestruturação do mercado de trabalho na zona da produção principal da Bacia de Campos.

<http://portal.iff.edu.br/cursos>, acesso dia 12-08-2013.

<http://portal.mec.gov.br/index.php>

<http://www.faecetec.rj.gov.br>, acesso dia 12-08-2013.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default.shtm>, acesso dia 22/02/2013

<http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br>, acesso dia 05-08-2013

IBGE. Censo Demográfico de 2000.

IBGE. Censo Demográfico de 2010.

LEE, EVERETT. Uma teoria sobre migração in MOURA, Hélio (Coord).: Migração Interna, Textos Seleccionados; BNB, ETENE; Fortaleza, 1980.

MONIÉ, Frédéric. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In PIQUET, Rosélia (org.). Petróleo, royalties e região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NETO, Jayme Freitas Barral, NETO, Romeu e Silva. Uma nova trajetória para a economia fluminense: inflexão positiva graças ao crescimento do Interior. In: FAURÉ, Y. A., HASENCLEVER, L., NETO, R. S. (Orgs). Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior. Rio de Janeiro. E-papers, 2008.

NETO, Romeu e Silva, DIAS, Robson Santos, NETO, Jayme Freitas Barral. Campos dos Goytacazes: novas perspectivas para um tradicional centro interiorano fluminense. In: FAURÉ, Y. A., HASENCLEVER, L., NETO, R. S. (Orgs). Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior. Rio de Janeiro. E-papers, 2008.

ONU. Manuales sobre métodos de cálculo de la población: Manual VI - Métodos de Médición de La migración interna. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales. Estudios de Poblacion, nº47. Nueva York, 1972.

PIQUET, Rosélia. Da Cana ao petróleo: uma região em mudança. In PIQUET, Rosélia (org.). Petróleo, royalties e região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PIQUET, Rosélia. Mudança econômica e novo recorte regional no norte fluminense. X Encontro Nacional da ANPUR, Recife, Maio, 2013.

SINGER, Paul I. Economia Política e urbanização in MOURA, Hélio (Coord.): Migração Interna, Textos Seleccionados; BNB, ETENE; Fortaleza, 1980.